

ENTRE A CAPITAL E O INTERIOR. TRÊS NUANCES DA METROPOLIZAÇÃO NO ESTADO DO CEARÁ: FORTALEZA, CRAJUBAR E SOBRAL.

Ana Paula Campos Gurgel¹

3

RESUMO

Objetivo desse artigo é discutir, em perspectiva comparada, três processos de metropolização que tomam lugar no estado brasileiro do Ceará: a Região Metropolitana de Fortaleza (capital administrativa estadual); a conurbação denominada de Crajubar (formada pelas cidades Crato - Juazeiro do Norte - Barbalha, também denominada legalmente como Região Metropolitana do Cariri) e a cidade de Sobral (para qual também há um projeto de institucionalização de uma região metropolitana desde de 2011). Para subsidiar essa análise são apresentados dados de renda e densidades populacionais correlacionando-os com aspectos morfológicos de centralidade topológica obtidos por meio de modelagens axiais calcadas no referencial teórico-metodológico da Sintaxe Espacial. Os achados demonstram a crescente importância das cidades de porte mediano no cenário econômico e na rede urbana brasileira, embora a capital ainda seja responsável pela maior polarização de pessoas e atividades econômicas.

Palavras-chave: Metropolização. Ceará. Renda. Morfologia.

ABSTRATC

The objective of this article is to discuss, in a comparative perspective, three metropolization processes that take place in the Brazilian state of Ceará: the Metropolitan Region of Fortaleza (state administrative capital); the conurbation called Crajubar (formed by the cities Crato - Juazeiro do Norte - Barbalha, also legally called the Metropolitan Region of Cariri) and the city of Sobral (for which there is also a project for the institutionalization of a metropolitan region since 2011). To support this analysis, data on income and population densities are presented, correlating them with morphological aspects of topological centrality obtained through axial modeling based on the theoretical and methodological framework of Spatial Syntax. The findings demonstrate the growing importance of medium-sized cities in the economic scenario and in the Brazilian urban network, although the capital is still responsible for the greater polarization of people and economic activities.

Keywords: Metropolization. Ceará. Income. Morphology.

¹ Doutora, Professora Adjunta do Departamento de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UnB. prof.anapaulagurgel@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Objetivo desse artigo é discutir, em perspectiva comparada, três processos de metropolização que tomam lugar no Ceará: a Região Metropolitana de Fortaleza (capital administrativa estadual); a conurbação denominada de Crajubar (formada pelas cidades Crato - Juazeiro do Norte - Barbalha, também denominada legalmente como Região Metropolitana do Cariri) e a cidade de Sobral (para qual também há um projeto de institucionalização de uma região metropolitana desde de 2011) – conforme espacializado na Figura 1.

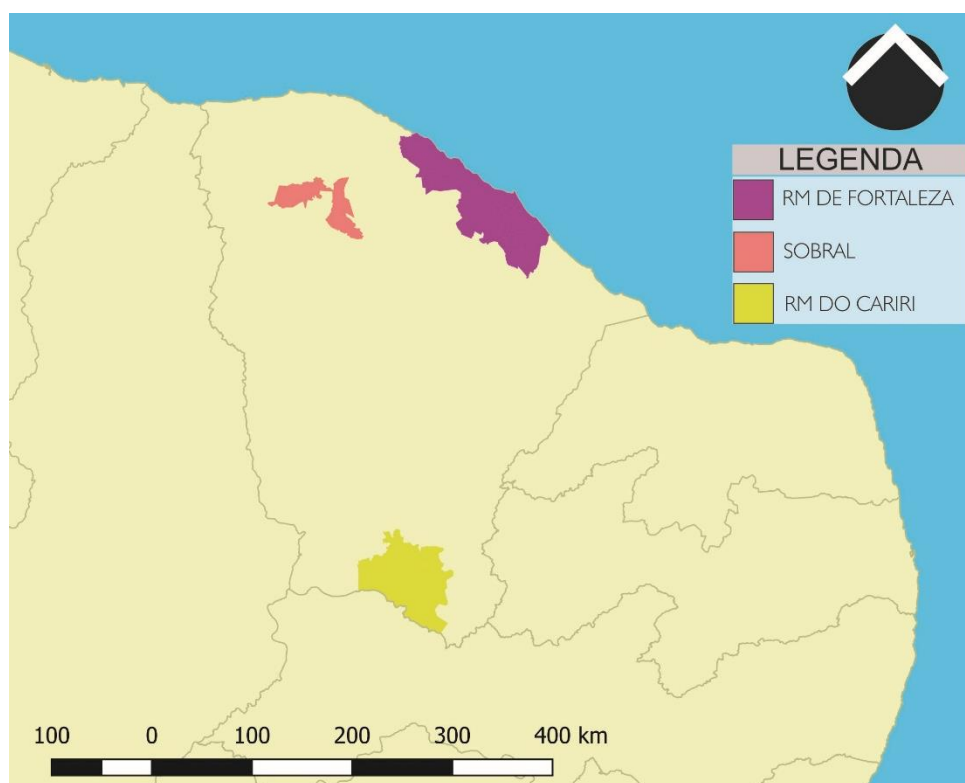
Para subsidiar essa análise são apresentados dados de renda e densidades populacionais correlacionando-os com aspectos morfológicos de centralidade topológica obtidos por meio de modelagens axiais calcadas no referencial teórico-metodológico Sintaxe Espacial - SE. Portanto, interessa prioritariamente a variável espacial buscando os padrões morfológicos às características socioeconômicas. Criada em meados dos anos 1970 em Londres, a SE parte da premissa de que cada sistema de relações espaciais tem em sua configuração uma lógica social inerente, o ponto central de análise é compreender que a significação se respalda no sistema de relações desempenhado pelos objetos, mas não se fundamenta apenas em visões subjetivas (embora estas não sejam completamente desconsideradas em algumas pesquisas, mas o que ressalto é a possibilidade de analisar o fenômeno sem a convocação dos sujeitos). Compreende-se a arquitetura como uma variável independente que impacta meio ambiente e pessoas, em diferentes dimensões (HOLANDA, 2013).

A RM de Fortaleza foi institucionalizada ainda anos 1970 e tem um papel polarizador que ultrapassa os limites estaduais, contabilizando uma população de cerca de 4 milhões de pessoas. Os outros dois casos escolhidos centram-se em cidades-polo com cerca de 200 mil habitantes e que se apresentam em estudos precedentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE como polos secundários na hierarquia urbana. O Crajubar, localizado ao sul do estado, destaca-se pelo seu acelerado processo de conurbação física e funcional enquanto o município de Sobral, na região norte, embora não apresente conurbação com os seus vizinhos,

tem grande dinamismo econômico por meio da implantação de indústrias e pelo seu setor terciário fortemente impulsionada pelo poder público.

O fenômeno metropolitano é recorrente na narrativa urbana e pode ser entendido como uma interdependência funcional entre a cidade-núcleo e outros municípios, e exemplificado por um mercado de trabalho com mais oportunidades e uma maior oferta de equipamentos urbanos e serviços. De acordo com Teixeira (2005), as RM's são compostas por um conjunto de municípios cujas áreas urbanas unem-se com certa continuidade, caracterizadas ainda por alta densidade demográfica e que compartilham familiaridades socioeconômicas que devem ser coordenadas por uma ação governamental conjuntamente planejada.

Fig. 1 Mapa de localização das cidades e Rm's cearenses em estudo



Fonte: elaboração própria, 2019.

Embora não caiba nos objetivos deste estudo averiguar a fundo os motivos por trás do componente político da constituição das RM's, é impossível negar a emergência desses novos conjuntos espaciais como centros de polarização do desenvolvimento regional reflete o dinamismo socioespacial do interior do país.

Complementarmente, as transformações no sistema econômico brasileiro decorrentes da implantação do modelo neoliberal que preconiza a redefinição do papel do Estado e abertura econômica, aliadas aos novos estágios do desenvolvimento tecnológico trouxeram mudanças profundas na sociedade e, conseqüentemente, nas cidades e em sua hierarquização. Assim, as cidades médias assumem novos papéis, vislumbradas no expressivo crescimento populacional, enquanto nas grandes metrópoles as taxas têm paralisado ou decaído. Alguns autores (ARMSTRONG *et al.*, 1968; SANTOS, 1989) afirmam que estaríamos presenciando um processo de involução metropolitana, enquanto outros destacam a disseminação do processo de metropolização para outros contextos urbanos.

2 A REDE URBANA CEARENSE NO SÉCULO XX

Segundo Corrêa (2001), a rede urbana pode ser entendida como um sistema de cidades articuladas funcionalmente em “complexos e mutáveis processos engendrados por diversos agentes sociais” (p. 424) e que, portanto, reflete as bases sociais que lhe dão suporte e lhe confere um dinamismo espaço-temporal. A estruturação urbana do Brasil, desde seu período Colonial, organizou-se de modo heterogêneo seja pelos variados tipos e portes de vilas e cidades, seja por sua distribuição ao longo de um vasto território. Em meados do século XX, essas disparidades acentuam-se pelo incremento industrial – e o decorrente *boom* populacional – da região Sudeste, em detrimento ao empobrecimento da região Nordeste. A rede urbana tornou-se extremamente desequilibrada: de um lado, a metropolização prematura acarretou os problemas urbanos assumiam grandes dimensões, por outro observou-se a proliferação de grandes aglomerados urbanos, a emergência das cidades médias e a pulverização de pequenas cidades, numa distribuição espacial concentrada no litoral.

A realidade nordestina compunha um quadro aterrador: uma estrutura agrária marcada pelas secas e pelo latifúndio improdutivo, as elevadas taxas de crescimento

demográfico, as deficiências de infraestrutura básica e um quadro social no qual predominavam o analfabetismo, a mortalidade infantil, as endemias e a carência alimentar. Tendo em vista as desigualdades inter-regionais anteriormente descritas, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE em 1959. Entretanto, após o Golpe Militar de 1964, a atuação da autarquia buscou promover o incremento industrial e a criação de novos empregos a ele atrelados, promovendo a manutenção da mão de obra na região. Porém essas indústrias eram dependentes da região Sudeste por seus insumos e mercados consumidores, além de que prevaleceram os interesses das oligarquias agrárias de matriz colonial, cujo conservadorismo tinha em vista a manutenção de benefícios advindos das políticas de combate à seca.

Numa busca por mitigar esses problemas, o II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND é o marco da iniciativa governamental de incentivo ao desenvolvimento de polos secundários e centros periféricos de médio porte em todas as regiões do país. Tem destaque o Programa para Cidades de Porte Médio - PCPM, elaborado no período de 1976-77, numa iniciativa federal que se inseria nas diretrizes de política territorial. Essa mudança de foco adivinha do “pressuposto de que a rede urbana é o instrumento articulador e o núcleo dinâmico do processo de ocupação territorial” (FRANCISCONI *et al.* 1976, p. 4). Tendo em mente essas especificidades, o PCPM em sua primeira etapa, beneficiou cerca de 70 cidades com população inferior a 500.000 habitantes. O objetivo era propiciar novos polos de desenvolvimento por meio da desconcentração da população e das atividades econômicas, criando novos empregos e reduzindo as desigualdades de renda. Embora houvesse tal preocupação em despolarizar os grandes centros urbanos do Sudeste, pouco se concretizou destes incentivos nas cidades médias. Entretanto, as transferências de capitais públicos e privados para o Nordeste colaboraram para o avanço e expansão da base produtiva regional, originando uma reversão da polarização da economia brasileira no Sudeste.

Dando um salto até os anos 1990, o processo de metropolização esteve vinculado à redução do crescimento econômico, as migrações rumo às principais metrópoles diminuíram no período e favoreceram os deslocamentos de retorno, de modo que o “conjunto da rede urbana brasileira passou a ter papel mais significativo do que as grandes metrópoles, servindo de amortecedor desses movimentos, fato que

reforçou a característica relativamente desconcentrada do sistema urbano brasileiro” (IPEA, IBGE, UNICAMP, 2001, p. 42). No Nordeste, a rede urbana tinha como foco os sistemas urbano-regionais das aglomerações urbanas metropolitanas (Salvador, Recife - configuração mais densa e consolidada, Fortaleza - mais altas taxas de crescimento urbano) e do meio-Norte (São Luís e Teresina), que naquele momento apresentavam em andamento seus processos de transição para uma economia urbano-industrial, com elevadas taxas de incremento da população urbana, enquanto um expressivo contingente de população ainda residia em núcleos rurais de pequenas dimensões. Dentro dessa perspectiva a hierarquia urbana foi organizada em cinco níveis. Para o Nordeste, o Quadro 1 sistematiza os achados.

Quadro 1: Hierarquia da rede urbana Nordestina		
HIERARQUIA		CARACTERÍSTICAS
<i>Aglomerações urbanas metropolitanas</i>		Têm um papel de primazia na rede urbana nordestina, em decorrência da grande concentração populacional (acima de 2,5 milhões de habitantes), da elevada participação da População Economicamente Ativa - PEA em atividades urbanas, das elevadas densidades populacionais e do nível de centralidade máxima registrada no REGIC.
<i>Aglomerações Urbanas não-metropolitanas</i>	<i>Ordem 1</i>	Com população entre 200 mil e 1 milhão de habitantes, foram agregadas em três ordens. No primeiro grupo estão todas as capitais de estado e possuem, em geral, um raio de influência que se estende por todo o território dos seus respectivos estados.
	<i>Ordem 2</i>	Exercem forte influência sobre uma área mais restrita e das três, duas situam-se no interior.
	<i>Ordem 3</i>	Embora em alguns casos apresentem uma influência semelhante às de Ordem 2 detêm uma participação da PEA em atividades administrativas entre 4% e 10% e das seis,

		cinco situam-se no interior (sendo litorânea a de Teixeira de Freitas /BA)
Centros urbanos regionais	Ordem 1	Centros urbanos regionais (municípios com 50 mil a 280 mil habitantes), também agregados em três ordens distintas. São localizados em sua grande maioria no interior do Nordeste, são em número reduzido, se consideradas as grandes dimensões territoriais da região. Embora desempenhem funções importantes nas sub-regiões onde se inserem, a dispersão entre eles evidencia a fragilidade da rede de cidades.
	Ordem 2	
	Ordem 3	
Grupo 4		Localidades que despontam com grande potencial de gerar novas centralidades.
Grupo 5		Conjunto dos municípios com população inferior a 50 mil habitantes, em 1991.

Fonte: IPEA, IBGE, UNICAMP, 2001.

No recorte deste artigo, A RM de Fortaleza pertence a mais alta hierarquia do quadro, enquanto que a conurbação Crajubar era identificada como uma aglomeração não-metropolitana de ordem 3 e a cidade de Sobral como um centro urbano regional de primeira ordem. As disparidades urbano-regionais entre o Nordeste e o restante do país (especialmente o Sudeste) eram ainda gritantes. A desigualdade regional é decorrência da dinâmica assimétrica capitalista, que se concentra em alguns espaços, enquanto condenam outros à estagnação e ao desperdício de fatores produtivos. Somado a isso, as heterogeneidades de acesso a serviços públicos de qualidade, há um ciclo que reforça as iniquidades e reduz as perspectivas de desenvolvimento dos territórios com frágil base econômica. Embora esse quadro tenha sido parcialmente

alterado pelas políticas públicas de distribuição de renda, por meio de programas sociais e pela desconcentração de alguns desses investimentos que foram em parte benéfica para a região (por exemplo, pela a maior participação no PIB nacional), ainda percebem-se as desigualdades regionais internas do Nordeste, bem como o aumento das tensões intraurbanas das metrópoles (exemplificadas pelas lutas por moradia e acesso às infraestruturas e serviços urbanos pela população periférica). Faz-se necessário discutir e implementar um desenvolvimento menos concentrado, que se foque nas potencialidades locais e que traga novas possibilidades de empregabilidade baseadas na qualificação profissional.

Neste contexto, ressalto que as cidades de médio porte no Nordeste assumem importante papel na constituição das regiões metropolitanas. É importante destacar o seu potencial no desenvolvimento socioeconômico local uma vez que estas cidades ofertam uma variedade serviços numa demanda regional, correspondem aos melhores indicadores sociais da região em que se inserem e têm os requisitos para a criação e desenvolvimento de polos tecnológicos. Ou seja, são alternativas à demasiada centralização industrial das regiões metropolitanas de grande porte, fatores que normalmente geram um aumento demográfico.

3 ORGANIZAÇÃO SÓCIOESPACIAL DAS METROPOLES CEARENSE

Este artigo é parte de um estudo mais amplo que foi apresentado como tese de doutoramento (Gurgel, 2016), na qual os arranjos metropolitanos foram avaliados sob três vieses: (1) de ordem socioeconômica, especificamente com a variável do valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com e sem rendimento); (2) de ordem configuracional – com os mapas axiais calculados para medida de integração global, (3) do sistema de encontros e esquivanças, por meio da variável de densidade habitacional por setor censitário.

3.1 Rendas e densidades

11

Para Villaça (2001), a segregação espacial das elites em determinadas áreas da cidade é uma das características mais marcantes das metrópoles brasileiras. Porém, estudos precedentes demonstram que nem sempre essa dicotomia entre ricos e pobres é tão clara, ou ainda, que as classes mais baixas nem sempre se localizam em áreas periféricas da mancha urbana.

Observa-se nos mapas a concentração de renda nas cidades-sede das RM'S e na escala intraurbanas a diferenciação está entre as sedes municipais e os distritos rurais. O Crajubar possui uma característica de conurbação que já ultrapassa a questão meramente espacial: as três cidades dividem, embora não de forma igualitária, as ofertas de emprego e geração de renda com destaque para os maiores rendimentos no Crato e no Juazeiro do Norte/CE. Na RM de Fortaleza numa relação historicamente consolidada, as maiores concentrações de renda se distribuem ao longo do litoral dos municípios, especificamente, esse “espraiamento” ainda é bastante restrito aos municípios ao leste da capital: Eusébio e Aquiraz.

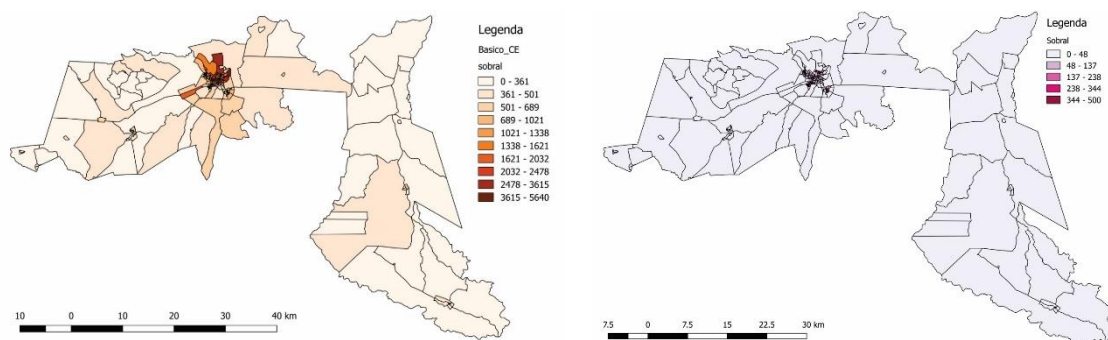
É interessante perceber que renda e densidades parecem ser inversamente proporcionais nos casos em análise. Esse resultado sugere uma hipótese acerca da dominância das áreas residenciais horizontais, a tradicional “casa no lote” (em condomínios fechados ou não), em detrimento aos apartamentos do processo de verticalização. Para o Cariri/CE, o Crajubar congrega cerca de 76% da população da RM e a cidade de Juazeiro do Norte contribui com cerca de 45% desse percentual.

Ao observarmos o mapa com a distribuição desses dados por setor censitário (Figura 3) é possível ver que no censo de 2010 ainda não há densidade nas áreas que correspondem a conurbação. Há duas hipóteses: a primeira, devido aos usos comerciais/serviços predominantes nas vias de ligação intermunicipal (conforme comentado no item anterior) e, a segunda porque esse processo ainda é embrionário, ou seja, os condomínios e loteamentos presentes naqueles arredores são recentes e ainda estão parcamente ocupados. As análises empíricas demonstram que as elites do Cariri se isolam em porções do espaço monofuncionais (onde não há sequer um pequeno comércio de apoio imediato às residências), compostas por grandes lotes

(anteriormente identificados como chácaras, embora assista-se a gradativa subdivisão para a construção de condomínios residenciais) que possuem as amenidades climáticas proporcionadas pela proximidade com a Chapada do Araripe, que contribui para a valorização dos terrenos e aumenta a especulação imobiliária (GURGEL, 2012).

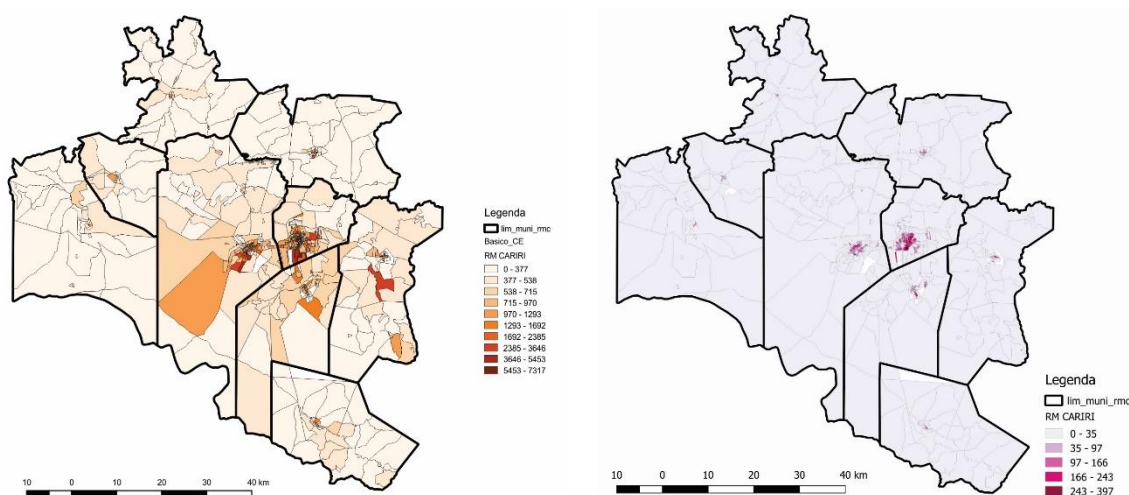
12

Fig.2 Mapas de distribuição de renda e densidades por setor censitário em Sobral



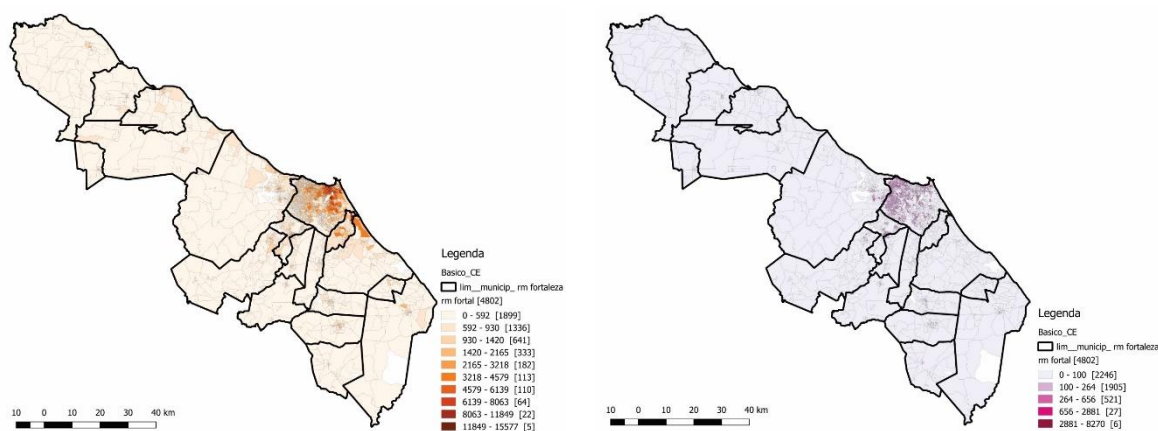
Fonte: elaboração própria, 2019.

Fig.3 Mapas de distribuição de renda e densidades por setor censitário na RM do Cariri



Fonte: elaboração própria, 2019.

Fig.4 Mapas de distribuição de renda e densidades por setor censitário na RM de Fortaleza



Fonte: elaboração própria, 2019.

Fortaleza é o município que mais contribui para a composição da população total da RM, sendo o segundo maior contingente populacional do Nordeste. De 2000 a 2010, a população de Fortaleza cresceu cerca de 1,4% acima do movimento demográfico de Salvador (crescimento de 0,9% ao ano) e, principalmente, do Recife (aumento de apenas 0,8% ao ano). As áreas mais densas de Fortaleza (Figura 4) estão ao oeste (em direção ao município de Caucaia) e ao sul (em direção ao município de Maracanaú) e são bairros distantes do centro – carentes de infraestrutura básica e com problemas de mobilidade – e de população pobre parte da qual imigrantes de outros municípios do Estado.

3.2 Centralidades

Para Sobral/CE, inicialmente é destaca-se que a proporção entre a mancha urbana (desenhada axialmente - Figura 5) e a área total do município. O grande território municipal é dividido em treze distritos, mas somente a sede tem características urbanas. A cidade é cortada pelo rio Acaraú, que é transposto por ter

pontes. Sobral passou, a partir dos anos 1980, por uma série de investimentos e obras de infraestrutura que vão defini-la como centro de comércio e serviços para atender não só a população urbana que vive na sede do município, mas também, a população de sua área de influência (municípios vizinhos e também do estado do Piauí).

Estas transformações dinamizaram os fluxos da cidade com sua região de influência, especialmente na inserção em sua economia urbana de um polo industrial, exemplificado pela implantação da indústria de calçados Grendene S/A, em 1993, que fez o PIB industrial do município se elevar para 63,00% (Freire, 2011). Na representação axial, o núcleo de integração recai sobre o bairro Centro, tendo como eixo de expansão as avenidas Cleto Ferreira da Ponte (CE-440) e Dr. José Arimatéia Monte e Silva e a rua Jornalista Deolindo.

Vale ressaltar que este bairro faz parte da poligonal de tombamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, definida em 2000. O conjunto arquitetônico e urbanístico de Sobral abrange uma área que se estende da margem do rio Acaraú à Rua Coronel Monte Alverne, onde estão inúmeros imóveis e espaços públicos. A partir de então, a cidade passou a contar com uma série de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC Cidades Históricas, que promoveram intensas requalificações urbanas. A mercadorização do solo urbano fomenta os processos de segregação urbana. Também é possível vislumbrar nessa cidade novos espaços para consumo, como a instalação de shoppings, como o North Shopping Sobral, locado no bairro Dom Expedito, na margem direita do Acaraú. Localizado nas franjas do núcleo de integração, porém separado dele pelo rio, esse empreendimento define um eixo de expansão ao longo da Av. Monsenhor Aloísio Pinto que passa a abrigar diversas concessionárias.

A modelagem axial do Cariri abarca as áreas urbanas dos municípios Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, cuja conurbação é denominada Crajubar. O núcleo de integração do Crajubar (Figura 6) – percentual das linhas mais integradas – está em sua maior porção sobre a cidade de Juazeiro do Norte/CE. Trata-se de um centro topológico de três “pernas”: (1) ao longo da Av. Padre Cícero, ligação com Crato; (2) ao longo da Av. Leão Sampaio, ligação com Barbalha; (3) o próprio centro topológico de Juazeiro, ao longo da Av. Castelo Branco. O encontro dessas três vias dá-se no bairro Triângulo em Juazeiro que recebe esse nome justamente por ser o

entroncamento da rodovia CE-060, que liga Barbalha a Caririáçu, passando por Juazeiro do Norte; e da CE-292, que faz a ligação com o Crato. A alta acessibilidade da área contribuiu para a formação de um aglomerado de serviços, comércio e também de habitações. Esse bairro tornou-se o novo centro de negócios (como edifícios verticais de escritórios e residenciais, o hospital público regional, o Cariri Shopping, dentre outros) e polariza a concentração de investimentos de maior porte, os quais demandam uma maior parcela de solo e de serviços que extrapolam as demandas de cada cidade. O grande fluxo viário e a configuração do entroncamento vêm causando diversos problemas de congestionamento do tráfego, subsidiando a discussão de um projeto para um viaduto sobre a Praça José Feijó de Sá.

Percebe-se a formação de centralidades lineares: espaços também de acentuadas transformações na ocupação e no uso dos solos, em sua maioria vinculados à escala do automóvel. Fenômenos como esse aqui descrito, de formação de novas centralidades de caráter regional como resposta à transformação de um território em área metropolitana, refletem uma dinâmica urbana comum a muitas cidades brasileiras, nas quais os interesses comerciais e imobiliários unem-se para promover o “[...] desenvolvimento de novas escalas de distribuição de bens e serviços, por meio da instalação de grandes equipamentos na periferia [...], redefinindo seus usos e conteúdos” (SPÓSITO, 1998, p.30). O processo de especulação imobiliária no Triângulo contribuiu com o fenômeno de verticalização a partir dos anos 2000, dinamizado ao longo da década após a construção do Hospital Regional e da expansão do Cariri Shopping. A expansão imobiliária avança ao longo do eixo da av. Leão Sampaio, onde têm destaque as novas dinâmicas residenciais, sejam elas por meio de verticalização ou por meio da instalação de condomínios horizontais fechados, desde aqueles de pequeno porte (com até 10 casas) até grandes conjuntos que se apartam e negam o traçado urbano tradicional.

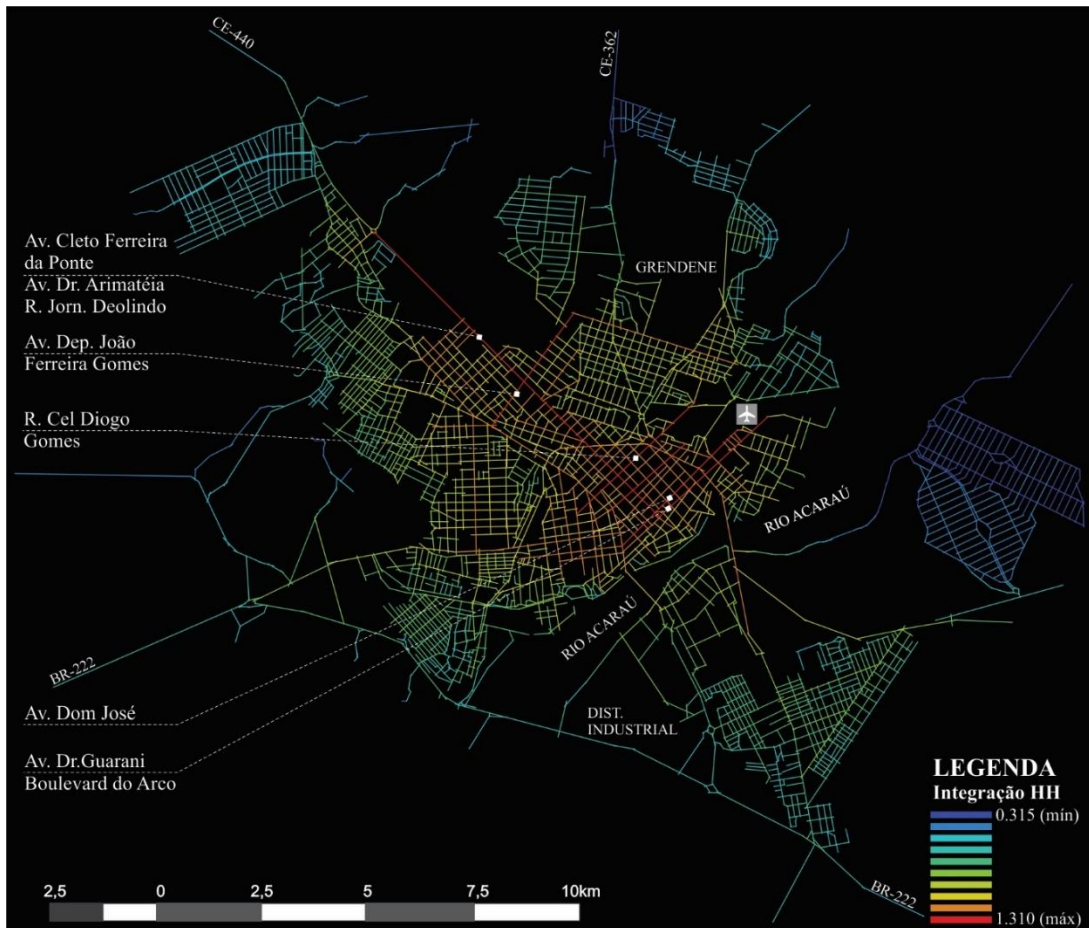
Para a RM de Fortaleza/CE (Figura 7), o núcleo de integração incide sobre o município-sede, especificamente sobre o bairro Aldeota e seu arredores. Mas é possível visualizar eixos de expansão deste núcleo definidos em três direções: (1) BR-222 (Av. Bezerra de Menezes em Fortaleza) e BR-220, mais a oeste, que faz a ligação com o interior (em direção ao município de Canindé); (2) CE-060 em direção ao

município de Pacatuba (ao centro em laranja); (3) BR-116 em direção ao município de Horizonte.

A centralidade definida pela Aldeota e seus bairros vizinhos (por exemplo Meireles), que substituiu o centro tradicional em meados do século XX, concentra hotéis, flats, shopping centers, edifícios de escritórios (e conseqüentemente a maioria dos empregos formais) e condomínios residenciais de grande porte, habitados pela população de alta renda. Esta é uma área de acentuada especulação imobiliária e consolidado processo de verticalização. Avaliando na escala metropolitana, pode-se sistematizar dois tipos de estágios de conurbação: (1) a zona fortemente adensada composta por Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Pacatuba, Itaitinga, Eusébio e Aquiraz, cujas ocupações tradicionais foram integradas à malha expandida da cidade-sede; (2) uma área de ocupação esparsa, cuja maior parcela é de caracteres rurais, que se alonga ao longo do litoral oeste e leste. Essa segunda porção da RM reforça a crítica aos frouxos critérios de escolha dos municípios constituintes das áreas metropolitanas que exacerbam as desigualdades e a forte polarização de Fortaleza frente à região.

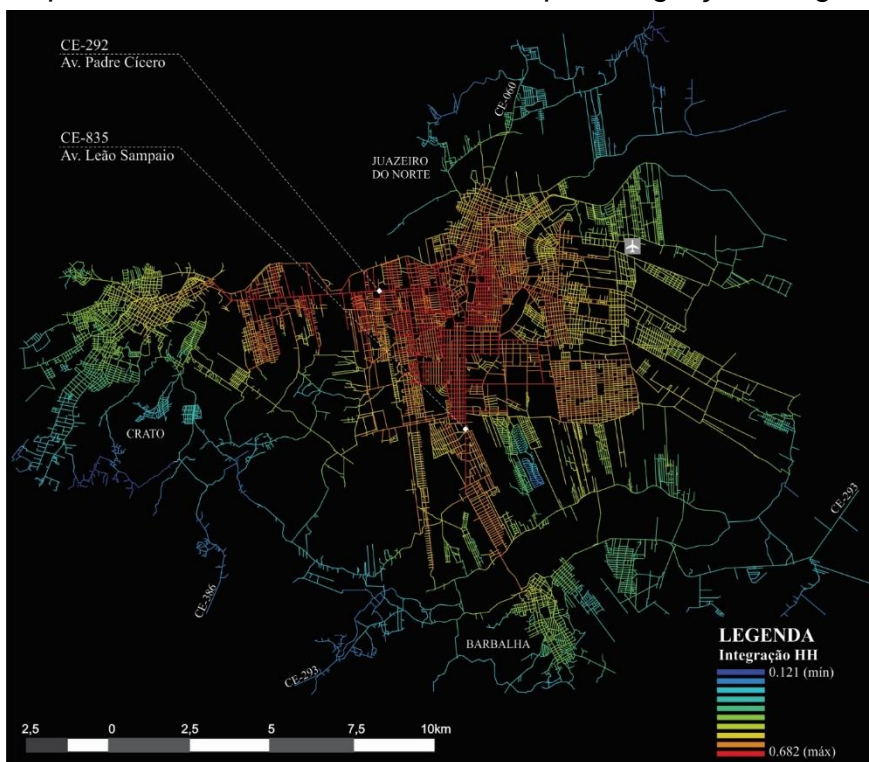
Fig.5 Mapa axial de Sobral calculado por Integração HH global (Rn)

17



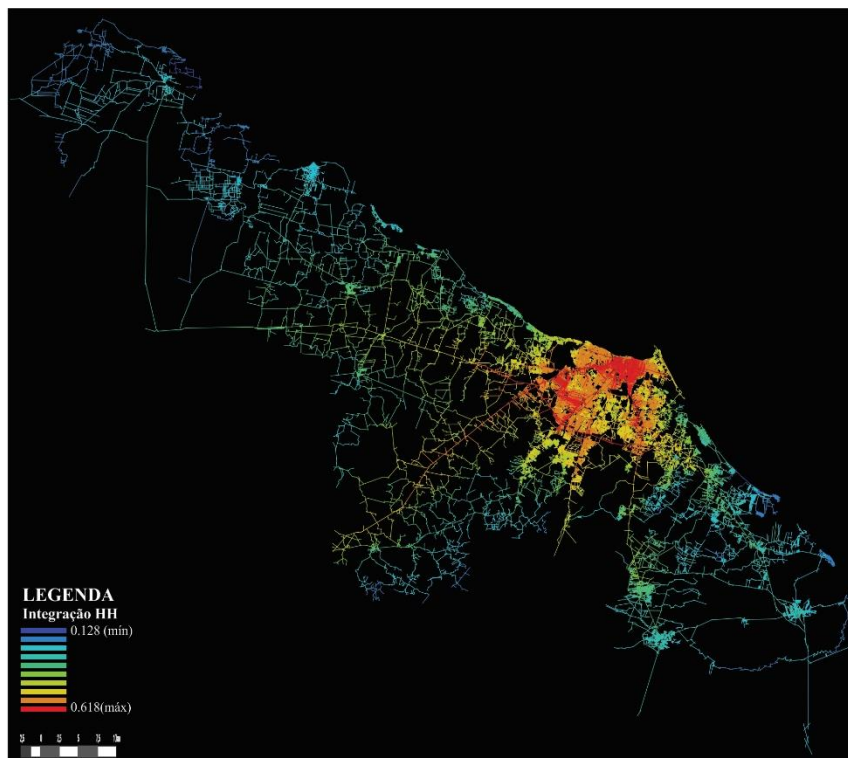
Fonte: elaboração própria, 2019.

Fig.6 Mapa axial da RM do Cariri calculado por Integração HH global (Rn)



Fonte: elaboração própria, 2019.

Fig.7 Mapa axial da RM de Fortaleza calculado por Integração HH global (Rn)



Fonte: elaboração própria, 2019.

Como um sintoma das disparidades socioespaciais, a RM de Fortaleza apresenta diversos condomínios e loteamentos fechados, verdadeiros enclaves fortificados que se expandem (em quantidade e em área ocupada), porém sem conseguir, por vezes, um real afastamento da pobreza, que tanto assombra a burguesia. Em Fortaleza eles são verificados em bairros como: Edson Queiroz, Messejana, Sapiranga/Coité e Passaré, áreas de expansão recente da malha urbana que intercala pobreza e riqueza.

A RM de Fortaleza é também um grande polo atrativo turístico do Brasil, contando com uma série de empreendimentos de alto padrão dispostos ao longo do litoral que redefinem as centralidades funcionais da região. Novos modelos de urbanização calcados na formação de grandes condomínios residenciais rompem com o modelo tradicional de assentamento e embora a prática de veraneio no litoral leste tenha se iniciado ainda nas décadas de 1970/80, as classes economicamente privilegiadas inseriram novas formas de uso no espaço, carreando, junto ao Poder Público, obras de infraestrutura urbana.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escalas ou tipificações de cidades são comuns nos estudos acerca da rede urbana, dos quais destaca-se Santos (1989), que conceituou como “metrópoles incompletas” aquelas que polarizam a região à sua volta, em oposição à ideia de “metrópoles completas”, assim denominadas por congregarem equipamentos e estrutura complexa capazes de organizar o espaço nacional. Entretanto, uma dicotomia tão rígida não parece abarcar toda a realidade urbana brasileira. Especificamente no caso cearense, não há apenas esses dois tipos de metrópoles, mas sim uma vasta gama de entretons entre o completo e o incompleto.

Os achados demonstram a crescente importância das cidades de porte mediano no cenário econômico e na rede urbana brasileira, embora a capital ainda seja responsável pela maior polarização de pessoas e atividades econômicas. Nos três casos estudados dominância socioeconômica e funcional destas cidades-sede sobre suas hinterlândias, exacerbam as desigualdades intraregionais; subsidiando também processos de desigualdades intraurbanas como a segregação socioespacial entre as faixas de renda. Quanto aos processos de expansão urbana, percebe-se nos casos analisados que eles se dão principalmente por novas áreas residenciais que mitigam o déficit habitacional do país por meio do MCMV ou por atender aos novos modos de morar das elites, apartadas da cidade por meio de condomínios e novos espaços de lazer e consumo, ilustrados pelos shoppings. Estes podem ser analisados enquanto novas fórmulas comerciais e de prestação de serviço atreladas aos interesses imobiliários. As expansões residenciais das elites sobre novos espaços atraem esses usos, num processo de depreciação (física e simbólica) dos centros tradicionais. Isso demonstra que esses empreendimentos estão adentrando nas distintas realidades brasileiras e que consolidam consigo processos de assepsia social. Este isolamento provoca cisões também no tecido social, visto que impede a copresença, dificultando as possibilidades de novas relações.

Dentre os padrões aqui trabalhados, destaco suas centralidades que congregam acessibilidade e funcionalidades em uma escala regional, que geram fluxos e movimentos pendulares em busca dos empregos que ali se localizam. Nas aglomerações estudadas há uma grande oferta de bens e serviços públicos e privados, representada pelos grandes equipamentos comerciais, no fortalecimento das instituições de educação (especialmente de nível superior) e da rede de saúde. Essa característica de atração funcional exagera as desigualdades regionais, num processo retroalimentado pela desigual distribuição de rendas e acessos as infraestruturas e serviços urbanos. Esta dinâmica socioeconômica é global, mas produz claros reflexos regionais. O espaços urbanos precisam ser (re)adequados, em nível local e regional, às formas de organização da produção em escala global. Entretanto, esse processo exagera as diferenças intraurbanas e intraregionais, que se expressam principalmente na disposição dos novos investimentos na aglomeração regional, ampliando a concentração (de equipamentos, empregos, bens e serviços) e centralização do dinamismo regional nas cidades-sede. O que se apresenta aqui são

os efeitos da globalização e da decorrente massificação cultural, transposta na estrutura urbana.

Portanto, há formações de caráter metropolitano também no interior do Nordeste. O Crajubar ou Sobral ainda diferem hierarquicamente dos grandes centros do país, mas já evidenciam os mesmos desafios que se impõem à questão metropolitana do Brasil. Estas batalhas são múltiplas e complexas, mas destaco o processo de integração política entre os municípios, extremamente necessário e urgente para o enfrentamento de problemas de ordem socioeconômica e de gestão dos serviços compartilhados, pois estes exigem cada vez mais a participação do conjunto metropolitano.

REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, W; MCGEE, T.G. Revolutionary change and the third world city: a theory of Urban Involution. **Civilisations** Vol. 18, No. 3, 1968, p. 353-378, 1968.

22

CORRÊA, R. L. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. In **Encontro Nacional Da Anpur**, IX, 2001, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPUR, vol. 1, 2001 (p.424-430).

FRANCISCONI, J. G.; SOUZA, M. A. A. de. **Política Nacional de desenvolvimento urbano: estudo e proposição de alternativas**. Brasília: IPEA, 1976 (série Estudos para o Planejamento, n 15).

FREIRE, H. P. **O uso do território de Sobral, Ceará pelas instituições de ensino superior**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2011.

GURGEL, A. P. C. **Entre serras e sertões: a(s) (trans)formação(ões) de centralidade(s) da Região Metropolitana do Cariri/CE**. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

GURGEL, A. P. C. **As metrópoles do interior e o interior das metrópoles**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

HOLANDA, F. **Dez mandamentos da arquitetura**. Brasília: FRBH, 2013.

IPEA, IBGE, UNICAMP. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configurações atuais e tendências da rede urbana**. Brasília: IPEA, 2001.

SANTOS, M. **A Metrópole corporativa, fragmentada**. São Paulo: Studio Nobel, 1989.

SPÓSITO, M. E. B. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. In **Revista Território**, ano III, n. 4, jan./jul., p. 27-37, 1998.

TEIXEIRA, A. C. W. **Região metropolitana: instituição e gestão contemporânea - dimensão participativa.** Belo Horizonte: Fórum, 2005.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001.